

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E SOCIEDADE**

PARANAÍBA

2018

- Aprovado pela Deliberação CPPG/CEPE-UEMS nº 235, de 28 de agosto de 2018.
- Homologado pela Resolução CEPE-UEMS nº 2.019, de 31 de outubro de 2018.
- Adequado pela CI Nº 01/SAPG/PROPPI, de 19 de abril de 2021.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

A Comissão de Reformulação do Projeto Pedagógico e do Regulamento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Políticas Públicas, Cultura e Sociedade da Unidade Universitária de Paranaíba, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi instituída pela Portaria UEMS Nº 18/2018, de 20 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, de nº 9.642, de 24 de abril de 2018, com os membros:

- Profa. Dra. Luciana Henrique da Silva (Presidente)
- Profa. Dra. Maria Raquel da Cruz Duran
- Profa. Dra. Juliana do Prado

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO | 5 |
| 1.1 Proponente | 5 |
| 1.2. Local de realização | 5 |
| 1.3. Período de realização | 5 |
| 1.4. Instituições parceiras | 5 |
| 1.5. Público-alvo | 5 |
| 1.6. Número de vagas | 6 |
| 1.7. Área de conhecimento | 6 |
| 1.8. Certificação | 6 |
| II – ASPECTOS HISTÓRICOS | 6 |
| 2.1 Histórico da UEMS | 6 |
| 2.2 Histórico da Unidade Universitária de Paranaíba | 7 |
| 2.3. Panorama do ensino, pesquisa e extensão – Curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) | 8 |
| 2.4. Panorama da Pós-graduação | 10 |
| III – DIRECIONAMENTOS GERAIS DO CURSO | 10 |
| 3.1. Contextualização da demanda comprovada e justificativa | 10 |
| 3.2. Objetivos gerais e específicos | 13 |
| 3.3. Perfil profissional | 14 |
| 3.4. Aspectos metodológicos | 14 |
| 3.5. Sistema de avaliação | 15 |
| IV – DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS | 16 |
| V – DA GESTÃO ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA E ATRIBUIÇÕES | 16 |
| 5.1. Do Coordenador | 16 |
| 5.2. Do Colegiado do Curso | 16 |
| 5.3. Do Corpo Docente/Professores Orientadores | 16 |
| VI – DA ESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS MATERIAIS, ACERVO BIBLIOGRÁFICO | 16 |
| 6.1. Salas de aula | 16 |
| 6.2. Biblioteca | 17 |
| Serviços oferecidos: | 20 |
| 6.3. Laboratórios | 20 |
| 6.4. Equipamentos | 21 |
| 6.5. Recursos tecnológicos | 21 |

| | |
|--|----|
| VII - MATRIZ CURRICULAR | 21 |
| VIII. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS | 22 |
| 8.1 Cultura, política, poder e ideologia | 22 |
| 8.2 Indivíduo e sociedade | 23 |
| 8.3 Teorias do Poder, da Política e do Estado. | 24 |
| 8.4 Políticas públicas e desenvolvimento | 25 |
| 8.5 Governo local, governabilidade e planejamento público | 27 |
| 8.6 Gestão de Instituições Públicas e Privadas | 28 |
| 8.7 Raça e Etnicidade | 30 |
| 8.8 - Movimentos sociais clássicos e contemporâneos | 32 |
| 8.9 Políticas Públicas: Segurança, política criminal e criminologia. | 33 |
| 8.10 Estudos de Gênero, sexualidade e diferenças | 34 |
| 8.11 Seminários de Metodologia e Pesquisa | 36 |
| ANEXO I – CORPO DOCENTE | 38 |

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Proponente

Este curso surgiu a partir de debates no Colegiado do Curso de Ciências Sociais, da Unidade Universitária de Paranaíba e entre os integrantes dos Grupos de pesquisa: a) Núcleo de Pesquisa e Estudos em Ciências Sociais (NEPECS) e b) Democracia, Políticas Públicas e Ação Coletiva no Contexto de Desenvolvimento, ambos cadastrados no CNPq. A proposta do curso é oriunda de uma demanda pela necessidade de dar prosseguimento à formação, seja dos egressos de ciências sociais, seja de outras subáreas das ciências humanas, oriundos da região e que não se encaixavam nos cursos de pós-graduação existentes nos arredores.

1.2. Local de realização

As aulas serão ministradas na Unidade Universitária de Paranaíba com atividades semanais propostas pelos docentes das disciplinas, no decorrer do período de oferta das disciplinas.

1.3. Período de realização

O curso terá duração mínima de 12 meses e máxima de 18 meses, com início de suas atividades previsto em Calendário aprovado pelo CEPE, sendo de caráter temporário.

1.4. Público-alvo

O público-alvo do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Políticas Públicas, Cultura e Sociedade são os portadores de diplomas de ensino superior de qualquer área de conhecimento, em especial das áreas de Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, interessados em aprofundar-se na área de políticas públicas, cultura e sociedade.

1.5. Carga horária, créditos e integralização

A carga horária obrigatória em disciplinas do curso é de 360 horas, equivalendo a 24 créditos, de 15 horas cada, em caráter presencial. O prazo para integralização é de no mínimo 12 meses e no máximo 18 meses.

1.6. Número de vagas

De acordo com a capacidade de orientação do corpo docente, o número de vagas será de no mínimo 15 (quinze) e no máximo 30 (trinta).

1.7. Área de conhecimento

O curso pertence à área de conhecimento “Ciências Humanas” à grande área “Sociologia”, à área específica “Outras Sociologias Específicas”.

1.8. Certificação

Especialista em Políticas Públicas, Cultura e Sociedade.

II – ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Histórico da UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Fundação Pública com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, de acordo com as Leis Estaduais nº 1.543, de 8 de dezembro de 1994, e n.º 2.583, de 23 de dezembro de 2002, e com o Decreto Estadual nº 10.511, de 8 de outubro de 2001. Rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Em 1993, foi instituída uma Comissão para Implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com o intuito de elaborar uma proposta de universidade que tivesse compromisso com as necessidades regionais, particularmente com os altos índices de professores da Educação Básica em exercício sem a devida habilitação, e, ainda, com o desenvolvimento técnico, científico e social do Estado. Assim, a UEMS foi implantada com sede em Dourados e em outros 14 municípios como Unidades de Ensino, hoje Unidades Universitárias, uma vez que, além do ensino, passaram a desenvolver atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, essenciais para a consolidação do “fazer universitário”. Essas Unidades foram distribuídas nos seguintes Municípios: Aquidauana, Amambai, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. A Resolução

CEPE/UEMS nº 040, de 24 de maio de 1996, estabeleceu a extinção da Unidade de Ensino de Três Lagoas a partir do mês de agosto daquele ano, uma vez que o único curso ofertado – Direito – passou a ter a demanda atendida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e ambas funcionavam no mesmo local. Em 2001, por meio da Resolução COUNI-UEMS nº 184, de 10 de outubro de 2001, foi criada a Unidade Universitária de Campo Grande, com a finalidade de atender à demanda do curso de graduação Normal Superior.

Embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994. Mais tarde, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. Por meio da Deliberação nº 8955, de 16 de dezembro de 2008, o CEE/MS deliberou pelo credenciamento da UEMS até 31/12/2011. A UEMS foi credenciada pela Deliberação CEE/MS Nº 9943, de 19 de dezembro de 2012 pelo prazo de seis anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

Atualmente a UEMS oferece à comunidade 56 cursos de graduação, nove Cursos de Pós-Graduação em nível de Especialização, doze cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e dois cursos em nível de Doutorado

2.2 Histórico da Unidade Universitária de Paranaíba

A Unidade Universitária de Paranaíba iniciou suas atividades em 1994, tendo como primeiro curso ofertado de Direito no período noturno, estendendo sua oferta para o período matutino em 2003. O segundo curso proposto pelo Conselho Comunitário Consultivo para Paranaíba foi o de Pedagogia, que entrou em funcionamento em 2003. O curso de Ciências Sociais foi criado em julho de 2006, fortalecendo a área de Ciências Humanas e Sociais na Unidade.

Acresce-se a localização estratégica do município de Paranaíba com proximidade num raio menor que 100 Km da divisa com três grandes Estados: São Paulo, Minas Gerais e Goiás, tornando o Curso de Ciências Sociais, na modalidade presencial, o único da região.

Junto a essa sequência de buscar a ampliação de oportunidades na UEMS, a Unidade Universitária de Paranaíba oferta de forma contínua o curso de Pós-Graduação

lato sensu em Educação desde 2007 e o curso de especialização em Direitos Humanos, desde 2010. Teve também a aprovação pela CAPES do Mestrado em Educação, em 2011.

Nesse sentido, a proposta desta pós-graduação *lato sensu* vem ampliar o leque de possibilidades da instituição visando propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica consistente, fornecendo instrumentos de análise e de intervenção teórico-crítica, na área de Políticas Públicas, Cultura e Sociedade.

2.3. Panorama do ensino, pesquisa e extensão – Curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura)

O Curso de Ciências Sociais iniciou suas atividades a partir de 2009. A iniciativa de criação do curso visou suprir a demanda de profissionais habilitados para atuar em vários setores da sociedade, em especial a falta de docentes para ensino de sociologia no ensino médio e a formação de profissionais liberais (bacharéis) para atuar no setor público ou privado, em instituições de pesquisa e outras atividades pertinentes à área de formação. Destaca-se ainda, a trajetória da Unidade da UEMS de Paranaíba, que já oferecia outros cursos na área de Humanas, o que possibilitou o trabalho conjunto dos docentes, preservando a identidade do curso de Ciências Sociais. Foi ofertado inicialmente no período matutino com o intuito de aproveitar a ociosidade das salas da Unidade Universitária de Paranaíba.

Em 2012 formou-se a primeira turma e o curso foi aprovado e recomendado, com sugestões para aprimoramento, pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, obtendo a nota 3. Desde então, vem sendo tomadas diversas medidas para fortalecimento do curso e melhoria das condições de oferta como a mudança para o período noturno, prevista no Projeto Pedagógico de 2014.

Anualmente são ofertadas 30 vagas para a habilitação Licenciatura em Ciências Sociais, e 20 vagas anuais para a habilitação Bacharelado em Ciências Sociais, desde 2015. Ambas as habilitações têm duração mínima de 4 anos e máxima de 7 anos para a integralização do curso. A partir de 2011 o curso passou a oferecer e disponibilizar vagas através do ENEM/SISU.

A medida visou possibilitar o acesso ao curso de trabalhadores de Paranaíba e região, ampliando a demanda e diminuindo a evasão. Também foram contratados quatro novos docentes doutores e, por meio do Projeto Papos/Fundect, ocorreram investimentos no acervo bibliográfico da unidade, bem como a aquisição de equipamentos como

Datashow, além de fomentar a realização de eventos e outros materiais para o desenvolvimento de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em relação ao ensino destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que tem permitido a aproximação dos discentes com as experiências da rede pública, contribuindo para a formação docente na área de Sociologia.

Com o objetivo de fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão, foram desenvolvidos do ano de 2009 - 2017 as seguintes ações: I Ciclo de debates em Ciências Sociais: Literatura, Cinema e Sociedade, ano de 2009 (evento); III Ciclo de debates em Ciências Sociais - 'Dilemas Sociais na Contemporaneidade' e I SINPECS - Simpósio Nacional de Pesquisadores das Ciências Sociais, ano de 2011 (evento); V Ciclo de debates em Ciências Sociais. I Semana de Ciências Sociais da UEMS - Paranaíba. 'Ciências Sociais em perspectiva: debates sobre os movimentos sociais contemporâneos', ano de 2014 (evento); Violência, Cultura e Gênero: diálogos entre Universidade e as escolas, ano de 2010 (extensão); Universidade sem fronteiras III: novos caminhos para o acesso à universidade pública, ano de 2011 (extensão); Da universidade à comunidade: caminhos de acesso ao curso de ciências sociais na UEMS/Paranaíba, ano de 2016 (extensão); GESCIP - Grupo de Estudos em Cidades, Identidades e Políticas; Módulo I: o conceito de identidade, ano de 2011 (ensino); Gênero, uma categoria analítica?, ano de 2014 (ensino), II Semana de Ciências Sociais "Relações de poder e desafios da democracia no Brasil, realizado em 2016. Foi realizada em 2018 a III Semana de Ciências Sociais com a temática Políticas Sociais, cultura e sociedade: debates contemporâneos, que contará com a participação de palestrantes de quatro instituições de ensino superior, consolidando o evento na região.

O grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ para integrar os pesquisadores das Ciências Sociais intitula-se Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (NEPECS). Mais recentemente foi criado o Grupo de Pesquisa Democracia, Políticas Públicas e Ação Coletiva no Contexto de Desenvolvimento. Atualmente, vários professores encontram-se com projetos de pesquisa e extensão em desenvolvimento. Também será lançada ainda este ano uma coletânea, fruto das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvida nos últimos anos pelos professores do Curso de Ciências Sociais da Unidade Universitária de Paranaíba.

2.4. Panorama da Pós-graduação

O corpo docente, que compõe a proposta, tem atuado nos demais cursos de Pós-graduação da UEMS, tanto no *lato sensu* (Especialização em Educação e Especialização em Direitos Humanos), quanto no *stricto sensu* (Mestrado em Educação) da Unidade Universitária de Paranaíba, que conta com a participação de dois docentes no quadro de professores permanente. Ademais, os/as professores/as do curso de Ciências Sociais têm experiência docente atestada em outras pós-graduações de instituições de ensino superior, como a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFF/Campus de Laranjeiras do Sul), no Paraná, o Centro Universitário de Jales (UNIJALES), em Jales/SP, o Instituto FAMA, em Aurifloma/SP, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Carlos/SP, entre outros.

Tal desempenho profissional, tanto em cursos de pós-graduação, quanto desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa e extensão, tornou evidente a imperativa necessidade de ampliação dos cursos oferecidos na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS/Unidade Universitária de Paranaíba), visto que existe uma lacuna na continuidade da formação profissional dos egressos do curso de Ciências Sociais, em sua área específica, na região. Ressaltamos ainda que o investimento na contratação de professores efetivos nos últimos anos permitiu a constituição de um corpo docente composto majoritariamente por doutores, com ampla participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme o supracitado, condições estas que fortalecem a Unidade Universitária de Paranaíba para a proposição da implementação de um curso de pós-graduação *lato sensu* como o de “Políticas Públicas, Cultura e Sociedade” neste local.

III – DIRECIONAMENTOS GERAIS DO CURSO

3.1. Contextualização da demanda comprovada e justificativa

Diversas pesquisas apontam para uma atitude comum entre os egressos dos cursos de ciências sociais brasileiros: por um lado os/as discentes destacam uma elevada satisfação com a formação que receberam, no período de graduação, enfatizando a qualidade do corpo docente, dos programas das disciplinas e do espaço físico para as aulas, mas por outro, tendem a criticar o curso por “oferecer baixa capacitação

profissional e pouco apoio institucional à inserção dos alunos no mercado de trabalho”(MICK, DIAMICO & LUZ, 2012, p. 347)¹.

Visando responder satisfatoriamente a estas observações dos egressos de ciências sociais, pontuadas também em outras pesquisas, Burawoy (apud Schwartzman, 2009²) definiu quatro tipos de “sociologias”. A profissional, limitada à academia, a crítica, que discute a natureza da sociologia, a aplicada, extra acadêmica, orientada para o desenvolvimento de políticas públicas objetivando resultados práticos efetivos e a sociologia pública, na qual o sociólogo participa, se envolve em redes, ajuda a criar públicos com os quais se comunica e que atestam a relevância de suas contribuições. “Tanto a sociologia profissional quanto a aplicada seriam “instrumentais”, enquanto a sociologia crítica e a pública seriam críticas” (Idem, p. 351).

Considerando os apontamentos de Schwartzman (2009), que demonstram serem as principais áreas de atuação para os cientistas sociais as organizações não-governamentais da sociedade civil (ONGs), a administração pública e a carreira acadêmica, construímos um curso voltado para políticas públicas, cultura e sociedade, a fim de abranger as demandas do mercado de trabalho e mediar a transição do/a egresso/a à esta nova fase de vida.

Há que se pensar ainda na concorrência com as áreas afins das Ciências Sociais, um dos principais obstáculos do exercício da profissão. Mick, Diamico e Luz (2012) enfatizam a disputa por espaço no mercado de trabalho interprofissional, que nos anos 1970 tinham como finalidade a carreira universitária – naquele contexto local ideal para o/a recém cientista social -, mas que hoje é confrontada com a necessidade de se buscar novas ocupações. Neste âmbito, destaca-se o imperativo de trazer a atividade para a carreira do/a cientista social, seja porque existe esta disputa interprofissional cada vez mais pungente e atuante, seja porque temos vivido o crescimento das parcerias entre

¹ MICK, Jacques; DIMIACO, Manuela de Souza; LUZ, Joel Rosa da. O perfil do egresso do curso de Ciências Sociais da UFSC (2000-2009). In: Mosaico Social - Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC. Ano VI, n. 06 – 2012: 347-386. Disponível em: <<http://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-213.pdf>>. Acessado em 01/07/2018. Além desta pesquisa, podemos exemplificar a extensão deste campo de reflexão com os seguintes estudos: 1) AUED, B. W.; CAMPOS, G. G. da S.; FERREIRA, M. dos S. Egressos do Curso de ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina: profissões em movimento. Mosaico Social, ano 3. Florianópolis: UFSC, 2006; 2) BONELLI, M. G. O mercado de trabalho dos cientistas sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: 1994, n. 25; 3) GROSSI, M. P; CARDOZO, F.; MENDES, J.C.; E OLIVEIRA, R.M. O Estágio no Curso de Ciências Sociais: algumas experiências. Mosaico Social. UFSC, ano 3, 2006; 4) VILA NOVA, Sebastião. Ciência Social: humanismo ou técnica? Ensaios sobre problemas de teoria, pesquisa e planejamento social. Petrópolis: Vozes, 1984.

² SCHWARTZMAN, Simon. A sociologia como profissão pública no Brasil. Conferência preparada para o 14º Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 31 de Julho de 2009.

governos e organismos não governamentais para a realização de programas voltados a temas sociais, como preservação ambiental, atendimento à população carente, idosos, crianças, etnias, entre outros.

Poderíamos acrescentar aos pontos elencados acima o contexto sociológico da região centro-oeste, que tem sido historicamente pensada por pesquisadores de outras regiões do país, majoritariamente. Um dos objetivos deste curso, que ao nosso ver justifica esta proposta, é o de propiciar o desenvolvimento de pesquisas na região, efetuadas por pesquisadores que conhecem a realidade sul-mato-grossense, especialmente àqueles que tenham se formado em universidades do estado, e que desejem atuar no âmbito das políticas públicas, observando o enfoque da grande área de sociologia.

Assim sendo, o curso de especialização em “Políticas públicas, Cultura e Sociedade” pretende formar profissionais que busquem a atualização constante, compromissados com o ensino, a pesquisa e a responsabilidade social. A oferta deste curso atenderá a demanda de qualificação aprimorada da qual carecem os professores já em atividade na região, complementar a formação oferecida aos próprios alunos egressos dos cursos de Ciências Sociais, de bacharelado e licenciatura, entre outras instituições privadas e públicas da região. Em suma, a criação deste curso de pós-graduação *lato sensu* contribuirá com a qualificação do ensino, incentivo à pesquisa e à prestação de serviços à comunidade.

Considera-se uma proposta viável e que poderá se concretizar com êxito, ao ser aprovada pelos órgãos colegiados dentro dos parâmetros solicitados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), porque atende a uma demanda regional, é factível do ponto de vista logístico e encara um problema nacional referente ao curso de Ciências Sociais: a dificuldade da inserção do/a egresso/a no mercado de trabalho, inclusive, por causa da formação sociológica de tradição profissional e crítica, e que deixa para o segundo plano a formação da sociologia aplicada e pública.

Uma demonstração de que nosso curso *lato sensu* pode oferecer àquilo que propõe é o fato de que, nos últimos anos, os profissionais do curso de Ciências Sociais (professores/as e gestores/as) têm ampliado a sua atuação, estabelecendo parcerias, entre as quais destacam-se a Prefeitura Municipal de Paranaíba, o Estabelecimento Penal de Paranaíba, a Delegacia da Mulher, entre outros. Parcerias estas que fortalecem o tripé ensino, pesquisa e extensão, algo que motiva nossos alunos e alunas a dar continuidade

em sua formação acadêmica. Portanto, a oferta desse curso de especialização vem atender à demanda de formação na área de ciências sociais, e visa contribuir para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão nesta vertente das ciências humanas, bem como em benefício da comunidade.

3.2. Objetivos gerais e específicos

Objetivo Geral

Fornecer uma formação teórico-metodológica que permita a reflexão, a análise crítica, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, considerando as especificidades socioculturais da região centro-oeste e do país, de modo geral.

Objetivos Específicos

- possibilitar o aprimoramento de pesquisas na área da especialização e levar os pós-graduandos a entender a importância das políticas públicas, cultura e sociedade na formação do indivíduo e suas aplicações em outras ciências, habilitando os estudantes a realizar pesquisas sobre demandas sociais da região;
- refletir sobre os movimentos constituintes da vida social e cultural, para o entendimento da política em suas diversas formas de exercício, discutindo a perspectiva da construção social da pessoa, tendo como eixo norteador a dicotomia indivíduo-sociedade;
- compreender o poder, a política e o Estado, seja em suas manifestações e realizações históricas, seja nas formas pelas quais tem sido teorizadas por autores clássicos e contemporâneos;
- abranger a relação entre Estado e sociedade civil no capitalismo neoliberal, refletindo acerca da relação entre políticas públicas e políticas de governo, analisando conceitos como: autonomia, papel do Governo nos municípios e o planejamento estratégico, segurança, ideologia, política criminal, entre outros;
- oferecer subsídios para que os discentes possam compreender os conceitos de raça, cultura, classe social, identidade, gênero, sexualidade, diferença e suas intersecções conceituais e nas políticas públicas.

3.3. Perfil profissional

Almeja-se que os egressos do curso sejam profissionais com perspectiva crítica, que possibilite a abordagem do contexto sociocultural no âmbito de políticas públicas. Ainda, espera-se que contribuam para a produção científica de pesquisas comprometidas com investigações teórico-metodológicas e empíricas, cujas temáticas se alinhem com reflexões sobre políticas públicas, cultura e sociedade, colaborando com o desenvolvimento científico local e regional de Mato Grosso do Sul e do Centro-Oeste.

É desejável também que desenvolvam debates sobre o cenário brasileiro e regional, no que se refere à abrangência das políticas públicas, suas finalidades, sujeitos atendidos e efetividade, no intuito de possibilitar sua atuação em instituições públicas e privadas. Os especialistas formados pelo curso terão sua formação ampliada, podendo atuar, por meio de suas pesquisas e conhecimentos analíticos de políticas públicas, em prestação de serviços como: consultorias, assessorias, pareceres, laudos, na área de políticas públicas e sociais, educação, ciências sociais, gestão ambiental, entre outras áreas e atividades que elevem a articulação de sua atividade profissional com o compromisso social.

Desse modo, os conteúdos do curso transmitidos por meio de suas disciplinas enfocarão tanto aspectos teórico-metodológicos acerca do Estado, políticas públicas, identidades, diferenças, gestão e administração de instituições, quanto ampliarão o espaço de discussão e debates que poderão incidir em sua atuação profissional, no mercado de trabalho, e na comunidade como um todo.

3.4. Aspectos metodológicos

O curso será realizado por meio de problematizações e pesquisas interdisciplinares, culminando no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a ser apresentado na modalidade de artigo científico. As reflexões se desenvolverão, individual e coletivamente, tanto por meio de debates em sala de aula, quanto por meio de trabalhos interdisciplinares, envolvendo docentes das áreas de Ciências Humanas e Sociais, dos cursos de Pedagogia, Letras, Ciências Sociais, Psicologia, Administração e Direito, assim como suas propostas de disciplinas, mesmo que o grupo compreenda que “[...] a tarefa de procurar definições finais para a interdisciplinaridade não seria algo propriamente interdisciplinar, senão disciplinar (LEIS, 2005, p.07). Mas, como todo trabalho que busca novas propostas em velhos cenários, pode ser interpretado de forma equivocada, sinalizando como algo que não se articula com um cumprimento rigoroso das normas,

pensou-se em realizar uma proposta que incluía a articulação entre docentes, temas e disciplinas, dando liberdade para questionamentos, proposições e projetos individuais e em grupos.

Para o desenvolvimento metodológico do curso, ofertado em 11 disciplinas, será realizada uma proposta interdisciplinar com conteúdos voltados não apenas para a formação docente, para atuar na educação básica e ensino superior, mas também para o trabalho em organizações não-governamentais (ONGs), pareceres/laudos em processos legais institucionais, assessorias políticas, pesquisas com indicadores sociais, etc., com disciplinas que abranjam conteúdos específicos do campo de conhecimento das ciências sociais, ministrados com aulas expositivas, problematizações, seminários, atividades extraclasse - palestras, eventos, publicação de artigos, bancas de qualificação e defesa de pós-graduações *stricto sensu*, dentre outras atividades relacionadas ao campo de conhecimento do curso -, além da elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação de um docente do curso.

3.5. Sistema de avaliação

Cada disciplina terá um valor expresso em créditos, correspondendo cada crédito a 15 horas. Os créditos relativos a cada disciplina só serão conferidos ao aluno que obtiver no mínimo conceito C e 75% no mínimo de frequência. Os conceitos serão atribuídos de acordo com a tabela a seguir.

| | | |
|---------------|---|--------------|
| de 9,0 a 10,0 | A | Ótimo |
| de 8,0 a 8,9 | B | Bom |
| de 7,0 a 7,9 | C | Regular |
| de 0 a 6,9 | D | Insuficiente |

O aluno reprovado em uma disciplina ficará impedido de realizar a apresentação do trabalho de conclusão de curso.

A avaliação do curso terá caráter processual e contínuo, considerando todas as participações e produções vivenciadas durante o período letivo. O processo de avaliação será realizado por meio de formulários disponibilizados pela PROPP, a serem preenchidos pelos discentes, docentes e coordenador ao longo do curso.

IV – DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS

Os procedimentos acadêmicos (inscrição, seleção, matrícula, trancamento de matrícula, aluno especial, aproveitamento de estudos, reoferta de disciplinas, desligamento, atividades complementares, declaração das disciplinas cursadas e constatação de plágio) serão especificados com detalhes no Regulamento do Curso.

V – DA GESTÃO ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA E ATRIBUIÇÕES

5.1. Do Coordenador

O coordenador do curso, que presidirá o colegiado do curso, será um professor do quadro efetivo da UEMS, ministrante de disciplina no curso, eleito por seus pares para um mandato de tempo em que durar o curso.

5.2. Do Colegiado do Curso

O colegiado de curso será constituído pelo coordenador do curso, como Presidente, por três representantes docentes, e por um representante discente. Todos deverão ser eleitos pelos seus pares.

5.3. Do Corpo Docente/Professores Orientadores

O corpo docente será formado por professores do Curso de Ciências Sociais e outros cursos da UEMS, conforme anexo I.

VI – DA ESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS MATERIAIS, ACERVO BIBLIOGRÁFICO

6.1. Salas de aula

As aulas serão realizadas nas dependências da Unidade Universitária de Paranaíba. Os docentes partilham a sala coletiva destinada às atividades dos docentes da Unidade, com apoio de secretária acadêmica.

6.2. Biblioteca

As coleções das Bibliotecas da UEMS são regidas pela Resolução CEPE-UEMS Nº 1.915, de 14 de novembro de 2017, que instituiu a Política Institucional de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de definir, implementar e avaliar critérios para a composição, o desenvolvimento, a atualização e a padronização dos acervos das Bibliotecas, bem como nortear as ações das equipes que a compõem por meio do estabelecimento de critérios e normas para a seleção, aquisição, avaliação, permuta, desbaste e descarte das coleções. Também estabelece as diretrizes para a formação, em cada unidade, da Comissão de Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas, responsável por implementar a Política Institucional de Formação e Desenvolvimento de Coleções garantido a atualização permanente e a qualidade das coleções.

O acervo bibliográfico da UEMS está distribuído na Sede e nas catorze Unidades Universitárias, ordenado por assunto de acordo com a classificação Sistema Dewey, com descrição bibliográfica do Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição e catalogação pela tabela 'PHA'. Está organizado por ordem de classificação de assunto e ainda por classificação de autor, seguido das iniciais dos títulos. O acervo da UEMS, está disponibilizado conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Livros (Títulos e volume) do acervo da UEMS por área do conhecimento. UEMS, anos 2013 a 2017

| ÁREAS CNPq | TÍTULOS | EXEMPLARES |
|--|----------------------|----------------------|
| Áreas exatas e da terra | 7.607 | 17.691 |
| Ciências biológicas | 3.236 | 8.401 |
| Ciências da saúde | 2.429 | 5.495 |
| Ciências agrárias | 2306 | 6350 |
| <u>Ciências sociais aplicadas</u> | <u>22.028</u> | <u>50.059</u> |
| Ciências humanas | 10.867 | 22.028 |
| Letras artes | 11.168 | 25584 |
| Multidisciplinar | 6500 | 14918 |
| Engenharias | 595 | 1263 |
| TOTAL | 66.735 | 151.789 |

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), 2017.

O acervo bibliográfico da UEMS é todo informatizado, tanto na Sede quanto nas Unidades Universitárias. A biblioteca desenvolveu o Software de Gerenciamento de Bibliotecas que atenderá a todas as unidades via on-line, desenvolvido pela Diretoria de Informática – DINF. Na Unidade Universitária de Dourados o sistema foi instalado para teste em janeiro de 2018. A Biblioteca Central e Unidades estão em fase de automatização do acervo de monografias, dissertações e teses, além do acervo de materiais audiovisuais e da hemeroteca. O acesso aos livros é livre, enquanto o acesso às coleções e periódicos é restrito ao atendimento pelos servidores da Universidade. A Biblioteca Central também conta com sistema de proteção antifurto ID System do Brasil.

As bibliotecas das Unidades Universitárias estão sendo informatizadas e, em breve, todo o procedimento de empréstimos e devoluções deverá ser automatizado. Para que isso ocorra estão sendo geradas etiquetas com códigos de barras para todos os livros, além de impressas novas carteirinhas para os usuários. Existe também o empréstimo entre bibliotecas, realizado via malote, com monitoramento pela Biblioteca Central.

O acervo de periódicos por área do conhecimento está assim organizado:

Tabela 2 - Periódicos por área do conhecimento

| Áreas | Correntes | | | | Não Correntes | | | |
|---|-----------|------------|--------------|----------|---------------|-------------|--------------|-----------|
| | Nacionais | | Estrangeiros | | Nacionais | | Estrangeiros | |
| | Tít. | Fasc. | Tít. | Fasc. | Tít. | Fasc. | Tít. | Fasc. |
| Ciências Exat. e da Terra | 1 | 73 | 0 | 0 | 1 | 8 | 1 | 0 |
| Ciências Biológicas | 0 | 13 | 0 | 0 | 4 | 46 | 0 | 0 |
| Engenharia e Tecnologia | 0 | 19 | 0 | 0 | 1 | 3 | 1 | 1 |
| Ciências da Saúde | 0 | 31 | 0 | 0 | 9 | 112 | 0 | 1 |
| Ciências Agrárias | 1 | 32 | 0 | 0 | 8 | 424 | 2 | 31 |
| Ciências Soci. Aplicadas | 0 | 41 | 0 | 0 | 9 | 75 | 0 | 0 |
| Ciências Humanas | 0 | 136 | 0 | 0 | 29 | 322 | 1 | 0 |
| Linguística Letras/ Artes | 0 | 43 | 0 | 0 | 4 | 20 | 0 | 0 |
| Multidisciplinar | 0 | 39 | 0 | 0 | 11 | 97 | 0 | 0 |
| TOTAL | 2 | 427 | 0 | 0 | 75 | 1107 | 5 | 33 |
| Total de títulos acervo geral: 82 | | | | | | | | |
| Total de fascículos acervo Geral: 1567 | | | | | | | | |

Fonte: Biblioteca Central da UEMS, Dourados-MS, 2017.

A UEMS dispõe de acesso parcial ao Portal de Periódicos da Capes, incluindo as bases de dados: *Scopus*, *Science Direct*, *ProQuest*, *ERIC* - Education Resources

Information Center, EBSCO, BioOne, MAL - Mary Ann Liebert e ESA - Ecological Society of America, Elsevier, HighWire Press, ICE - Institution of Civil Engineers, Institute of Physics, RSJ - Royal Society Journals, , (JCR) Journal Citation Reports, Karger, Mary Ann Liebert, Annual Bulletin of Historical Literature, Applied Social Sciences Index and Abstracts (ASSIA), Cold Spring Harbor Laboratory Press, Ecological Society of America (ESA), National Criminal Justice Reference Service Abstracts (NCJRS), Oceanic Abstracts, Royal Society Journals, SAGE Journals, SPIE Digital Library, Springer - Journals Archive, SpringerLink, Thomson Reuters Integrity, Web of Science - Coleção Principal, Wiley Online Library, Zentralblatt MATH.

Os periódicos por área de conhecimento disponibilizados no acervo da Biblioteca da UEMS são:

Tabela 3 - Periódicos disponibilizados

| Áreas do CNPq | Títulos | Exemplares |
|--------------------------------|-----------|-------------|
| Ciências Exatas e Tecnológicas | 07 | 126 |
| Ciências da Saúde e Agrárias | 10 | 312 |
| Ciências Humanas e Sociais | 26 | 1309 |
| Total | 43 | 1747 |

Fonte: Biblioteca Central da UEMS, Dourados-MS, 2017.

O acervo bibliográfico é atualizado conforme a criação de novos cursos e a solicitação de docentes das disciplinas. A aquisição se dá por meio da consulta dos livros previstos no projeto pedagógico de cada curso, levando em consideração as bibliografias básicas e complementares das disciplinas de cada curso de graduação e pós-graduação. Com o conhecimento do coordenador do curso, as solicitações são feitas via Divisão de Bibliotecas para a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, sendo então encaminhadas para processamento dos trâmites legais de licitação. A UEMS tem mantido uma política de aquisição de livros e periódicos, contando com recursos próprios e de parceiros.

A seguir é apresentada a tabela com o acervo da Unidade Universitária de Paranaíba até o ano de 2017.

Tabela 4 - Livros (Títulos e exemplares) do acervo da Unidade Universitária de Paranaíba por área do conhecimento, ano 2017

| ÁREAS CNPq | TÍTULOS | EXEMPLARES |
|-------------------------|---------|------------|
| Áreas exatas e da terra | 65 | 158 |
| Ciências biológicas | 31 | 137 |

| | | |
|-----------------------------------|-------------|--------------|
| Ciências da saúde | 58 | 93 |
| Ciências sociais aplicadas | 2557 | 9372 |
| Ciências humanas | 2467 | 6156 |
| Letras artes e linguística | 749 | 1632 |
| Total | 5927 | 17548 |

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), 2017.

É importante ressaltar que foram realizadas diversas aquisições no ano de 2018, que apesar de ainda não constarem na relação acima, estão sendo catalogadas para compor o acervo.

O empréstimo de livros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul é regido pelo Regulamento das Bibliotecas/UEMS, aprovado pelo Conselho Universitário, Resolução COUNI/276/04. As bibliotecas da instituição oferecem aos seus usuários os seguintes serviços:

- a) Atendimento aos usuários;
- a) Acesso à internet para pesquisa nas bases de dados nacionais e internacionais;
- b) Empréstimo domiciliar;
- c) Espaço de leitura e estudos;
- d) Consulta local;
- e) Acesso a biblioteca da Saraiva pelo SAU;
- f) Empréstimo entre bibliotecas;
- g) Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT): IBICT/FINEP/CAPES/SISU, com acesso do usuário de qualquer lugar do mundo para obtenção de documentos técnico-científicos;
- h) Catalogação na fonte somente na Biblioteca Central e nas Bibliotecas de Cassilândia e de Paranaíba;
- i) Catalogação on-line;
- j) Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos conforme preconiza a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Serviços oferecidos:

- Atendimento e orientação à comunidade universitária e externa na solicitação de serviços e acervo da Biblioteca Central;
- Orientação aos novos usuários quanto à utilização da biblioteca;

6.3. Laboratórios

Na Unidade Universitária de Paranaíba há um laboratório de informática com capacidade para 20 alunos. O funcionamento é de segunda a sexta-feira das 7h30min às 22h30min. Aos sábados o laboratório funciona das 8h às 13h.

6.4. Equipamentos

Foram adquiridos recursos por meio de projetos que permitiram ampliar a biblioteca de Ciências Sociais, além da aquisição de: dois projetores, duas telas para projeção e uma caixa de som - que poderão ser utilizadas no curso. A Unidade oferece ainda uma sala para estudos individuais dos discentes.

6.5. Recursos tecnológicos

O curso de Especialização da Unidade Universitária de Paranaíba conta com dois *data-shows* e uma caixa de som. A Unidade conta também com oito *data-shows*, duas televisões, uma filmadora e um aparelho DVD, para utilização nas salas de aula. A capacidade de alojamento de pessoas nas salas de aula é de 40 pessoas e no auditório de 150 pessoas.

VII - MATRIZ CURRICULAR

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA | CRÉDITOS |
|---|---------------|-----------|
| Cultura, política, poder e ideologia | 30 | 2 |
| Indivíduo e sociedade | 30 | 2 |
| Teorias do Poder, da Política e do Estado | 30 | 2 |
| Políticas Públicas e desenvolvimento | 30 | 2 |
| Governo local, governabilidade e planejamento público | 30 | 2 |
| Gestão de instituições públicas e privadas | 30 | 2 |
| Raça e etnicidade | 30 | 2 |
| Políticas Públicas: Segurança, política criminal e criminologia | 30 | 2 |
| Movimentos sociais clássicos e contemporâneos | 30 | 2 |
| Estudos de gênero, sexualidade e diferenças | 30 | 2 |
| Seminários de Pesquisa | 60 | 4 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | 360 | 24 |

VIII. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS

8.1 Cultura, política, poder e ideologia

Ementa:

A cultura e o espírito produtor/reprodutor de valores orientadores da vida em sociedade. A política como uma atividade organizativa das relações entre indivíduos. O poder instituído e sua dependência da adesão das vontades em relação de comando. A ideologia em sua origem e em suas condições de difusão para organização, manutenção ou mudança do status quo.

Objetivos:

Propiciar encontros com textos que reflitam os movimentos constituintes da vida social. Oferecer subsídios que permitam pensar a política em suas diversas formas de exercício. Oportunizar um espaço reflexivo sobre a fonte do poder instituído. Pôr em debate a vida cultural em suas virtudes e vícios que potencializam ou inibem a geração de valores adequados aos interesses gerais.

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas e/ou Sociais.

Referências bibliográficas:

ADORNO Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALTHUSSER, Lois. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos**. Rio de Janeiro: Graal 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5 ed. , Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão Voluntária**. São Paulo: Martin Claret, 2009. (Coleção a obra-prima de cada autor; vol. 304).

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

WEFFORT, Francisco C. , **Os Clássicos da Política, 1**. São Paulo: Ática, 2006.

WEFFORT, Francisco C. , **Os Clássicos da Política, 2**. São Paulo: Ática, 2006.

Referências complementares:

CHAUÍ, Marilena. **Contra a servidão voluntária**. Belo horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2013. (Escritos de Marilena Chauí, 1).

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

DURKHEIM, Émile. **Ética e Sociologia da Moral**. São Paulo: Landy Editora, 2006.

DEBRUN, Michel. **Gramsci: Filosofia, Política e Bom Senso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2001.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia do Direito**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: 2008.

DEBRUN, Michel. **Ideologia e Realidade**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. (Textos Brasileiros de Filosofia – 5).

8.2 Indivíduo e sociedade

Ementa: Esta disciplina focaliza a problemática do indivíduo na cultura e no sistema das relações sociais. Aspectos afetivos e cognitivos da interação entre pessoa e coletividade. Trajetória da problemática desde estudos de cultura e personalidade a abordagens que enfatizam a identidade e a intersubjetividade. A distinção Indivíduo & Sociedade constitui uma marca de muitos debates antropológicos relevantes. A proposta desta disciplina é apresentar alguns trabalhos que debatem o potencial analítico desta dialética, explorando seus limites e desdobramentos conceituais.

Objetivos: A disciplina visa introduzir os alunos às discussões clássicas sobre a dicotomia indivíduo/sociedade tendo a perspectiva da construção social da pessoa como eixo norteador. A discussão passará por diversas tradições teóricas apropriadas pela antropologia em geral e incorporadas também na produção antropológica brasileira.

Avaliação: Presença e participação informada nas aulas, elaboração de resenha crítica acerca de um dos livros trabalhados e trabalho final (que procure unir/dialogar entre o tema de especialização do (a) aluno (a) e os debates apreendidos no curso).

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas e/ou Sociais.

Referências bibliográficas:

SIMMEL, Georg. “O Nível Social e o Nível Individual” e “Indivíduo e sociedade nas concepções de vida dos séculos XVIII e XIX”. In: **Questões Fundamentais de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MAUSS, Marcel. “Uma Categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CAVIGNAC, Julie. “Maurice Leenhardt e o Início da Pesquisa de Campo na Antropologia Francesa”. In: **Revista Tapera**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/tapera/equipe/julie/maurice_leenhardt.pdf>. Acessado em 28/6/2018.

DUARTE, Luiz F. Pessoa e Indivíduo. In SOUZA LIMA, A.C. In: **Antropologia & Direito**. Rio de Janeiro: Contra Capa (BSB/ABA), 2012, p. 141-146.

SOUZA, Jessé. A sociologia dual de Roberto Da Matta: Descobrimos nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2001, vol. 16, nº 45, p.47- 67.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do Brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DUMONT, Louis. **Homo aequalis**. Bauru: EDUSC, 2000.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VIANNA, H. & KUSCHNIR, K. e CASTRO, C. (Orgs.). **Um antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

8.3 Teorias do Poder, da Política e do Estado.

Ementa

Conceituações Clássicas do Estado e da Política: Da *Pólis* grega à Filosofia dos Contratualistas. O Estado Moderno: a Revolução Francesa, o Liberalismo Político e a Democracia. As análises de Weber e a crítica marxiana. Teorias contemporâneas sobre o

Poder: sua circunscrição no e pelo Estado e suas manifestações para aquém do Estado. O Estado de Exceção e a Biopolítica.

Objetivos

Refletir sobre o Poder, a Política e o Estado, seja em suas manifestações e realizações históricas, seja nas formas pelas quais têm sido pensadas e teorizadas por autores clássicos e contemporâneos.

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas e/ou Sociais.

Referências bibliográficas:

ARISTÓTELES. **Da Política**. São Paulo: Atena, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HOBBES, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Referências Complementares:

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

8.4 Políticas públicas e desenvolvimento

Ementa:

Discutir os fundamentos das políticas públicas. Promover debates sobre os impactos sociais das políticas públicas, e sua importância para o combate à pobreza, a redução da miséria e o aumento da qualidade de vida da população. Habilitar os estudantes a realizar pesquisas sobre as demandas sociais dos municípios e estados brasileiros; organizar a formação de agendas de prioridades; elaborar projetos de políticas públicas junto ao poder público, ONGs, e setores privados; avaliar os impactos das políticas públicas executadas.

Objetivos: Discutir os fundamentos das políticas públicas. Promover debates sobre os impactos sociais das políticas públicas, e sua importância para o combate à pobreza, a redução da miséria e o aumento da qualidade de vida da população. Habilitar os estudantes a realizar pesquisas sobre as demandas sociais dos municípios e estados brasileiros; organizar a formação de agendas de prioridades; elaborar projetos de políticas públicas junto ao poder público, ONGs, e setores privados; avaliar os impactos das políticas públicas executadas.

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas e/ou Sociais.

Referências bibliográficas:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política Social e combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.

ARRETICHE, M. T. S. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

- BARBIER, J. M. **Elaboração de Projetos de Ação e Planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FARIA, Carlos A. P. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, nº 51, fev., p. 21-30, fev. 2003.
- FRANCO, A. **O Papel Estratégico das ONGs**. Brasília: Mimeo, 1994.
- FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, no 21, 2000.
- HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- IOSCHPE, E. B. (org). **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARIA das Gracas Rua (Org.); Maria Izabel Valladao de Carvalho. **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro: IPEA, 1982.
- PIMENTA, CAM., and ALVES, CP., orgs. **Políticas públicas & desenvolvimento regional** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/j8gtx/pdf/pimenta-9788578791216.pdf>
- Revista de Economia Política** 16.3 (1996): 115-120.
- RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.
- SARAIVA, Enrique & FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília, ENAP, 2 v, 2006.
- SOUZA, C. Governos Locais e Gestão Políticas Sociais Universais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 2004, Vol. 18, nº 2, abr-jun., p. 27 a 41.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, nº 16, 2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

Referências complementares:

- AZEVEDO, Sérgio. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In. **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: Fase, 2003. p. 38-44.
- CARDOSO, Regina Luna Santos. **Autonomia do Estado versus mobilização dos atores sociais: uma proposta teórico-metodológica para análise de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos, 1995.
- CAVALCANTI, B. S.; RUEDIGER, M. A. & SOBREIRA, R. (orgs.). **Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- EVANS, Peter. Além da "monocultura institucional": Instituições, capacidades e desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, no 9, 2003, p. 20-63. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000100003.
- FARIA, C. A. P de. Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica e Ciências Sociais**, BIB. 2º sem. nº 46, p. 38 a 71.
- FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo. (orgs.). **Incertezas de Sustentabilidade na Globalização**. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1996.
- LAHERA PE. **Política y políticas públicas**. Naciones Unidas CEPAL. División de Desarrollo Social. Serie políticas sociales, 2004.

- LOPES, J. R. Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. **São Paulo em Perspectiva**, vol.18, n.3, 2004.
- MARQUES, E. C. M. (2000). **Estado e Redes Sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Revan, 2000.
- PELIANO, A. M. (coord.) **A iniciativa privada e o espírito público**. Brasília: IPEA, 2000.
- PEREIRA, P. A. P. **Política social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.
- RAWLS, John. **Justicia Como Equidad** - Materiales Para Una Teoría De La Justicia. Madrid: Tecnos, 1999.
- SOARES, Ricardo Prata ...[et al.]. **Estado, participação política e democracia**. São Paulo: ANPOCS, 1985.
- SOUZA, C. Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades. *Revista de Lua Nova*, 1999, n.48, p.187-212.
- VIANNA, M. W. **A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil**: Estratégias de Bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1998.

8.5 Governo local, governabilidade e planejamento público

Ementa:

O papel do governo, a governabilidade e o planejamento público. A projeção a autonomia dos municípios após a Constituição de 1988. A dinâmica territorial e a projeção das organizações multilaterais no processo de gestão. Os velhos e novos mecanismos administrativos, a burocracia a agenda pública, o atendimento de demandas e soluções aos problemas locais.

Objetivo:

Proporcionar um debate sobre a autonomia e o papel do governo nos municípios, especialmente na construção de agendas para atendimento das demandas públicas a partir do planejamento estratégico.

Objetivos Específicos:

- a) Analisar o papel e finalidade do governo nas diretrizes administrativas municipais;
- b) Identificar o grau de dependência e autonomia dos municípios pós- Constituição de 1988;
- c) Caracterizar os municípios e as iniciativas administrativas e de planejamento dos recursos e sua aplicação municipal.

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas e/ou Sociais.

Referências bibliográficas:

- AFONSO, José R; ARAUJO, Erika A. **A capacidade de gastos dos municípios brasileiros**: arrecadação própria e receita disponível. Texto apresentado para ESAF, Abril, 2000.
- AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercidia. **Política e sociedade no Brasil**: (1930-1964). São Paulo: Annablume, 2002.
- AMATO, Pedro M. Planejamento. **Cadernos de Administração Pública**, nº 33, FGV, 1966.

- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade:** para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **A construção política do Brasil:** sociedade, economia e estado desde a independência. São Paulo: Ed. 34, 2016.
- BROSE, Markus. Descentralização e good government: como aperfeiçoar o desempenho dos governos locais? **Revista Serviço Público**, ano 53, nº 3, 2002.
- CASTRO, José N. **Responsabilidade fiscal nos municípios.** Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- MELO, Marcus A. Municipalismo, nation building e modernização do estado no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 23, ANPOCS, São Paulo, 1993.
- REZENDE, Fernando. **Planejamento no Brasil:** auge, declínio e caminhos para a reconstrução. CEPAL, 2009.
- SANTOS, Maria, H. **Governabilidade, Governança e Democracia:** Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. Dados v. 40 n. 3, Rio de Janeiro, 1997.
- SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira.** Brasília, IPEA, 3º ed. 2010.
- SOUZA, Celina. **Governos locais e a gestão de políticas sociais universais.** São Paulo em Perspectiva, v. 18, 2004, p. 27-41.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

8.6 Gestão de Instituições Públicas e Privadas

Ementa: A disciplina parte do conceito de “organização” e “instituição” para compreender como operam as gestões das organizações no mundo contemporâneo, sejam elas públicas ou privadas. Compreendidos os modelos organizacionais o curso focalizará a questão comportamental das instituições no tocante a relações de cultura e poder em seu interior, incluindo a questão do conflito organizacional interno e sua ligação com a implementação de Políticas Públicas.

Objetivos: O curso visará apresentar os seguintes conceitos aos discentes:

- Organização e instituição
- Modelos organizacionais
- Metáforas explicativas das organizações
- Gestão de diferenças culturais
- Burocracia e sua relação com a Democracia
- Controle organizacional
- Conflito organizacional
- Organização Formal versus Organização Informal
- Hierarquia e Poder
- Cultura Organizacional
- Políticas Públicas

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas e/ou Sociais.

Referências bibliográficas:

CAMPOS, Eduardo (Org). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 2007.

GOMES, Eduardo Braz Pereira. **Cultura Organizacional - Um estudo de caso**, s.d. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/263603/mod_folder/content/0/Cultura%20Organizacional%20Estudo%20de%20Caso.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 23 Abr. 2018.

GOMES, Geovane Ferreira. **Conflitos Organizacionais na Indústria da Tecnologia da Informação da região de Campinas/SP: Relações entre os departamentos de Engenharia, Produção e Qualidade**, 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6694/6737.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 Abr. 2018.

JUSTINIANO, Bianca. **Roberto da Matta analisa a influência da cultura brasileira nas empresas, 2002. Disponível em:** <http://www2.uol.com.br/aprendiz/guia_de_empregos/executivos/info/artigos_190802.htm>. Acesso em 23 Abr. 2018.

KUBIAK, T. M. **The Certified Six Sigma Master Black Belt Handbook**. Milwaukee, Wisconsin: ASQ Quality Press, 2012.

LOUREIRO, S. **Canal Aberto**. GV-executivo, v. 2, n. 1, fev-abr, 2003. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/1771.pdf>>. Acesso em: 01 mar 2015.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHULTZ, Glauco. **Introdução à gestão de organizações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SPIRE, Alexis. **A vida do imigrante começa no guichê**. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=125>. Acesso em 01 mar 2015.

TANNENBAUM, Arnold S. **O controle nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 1975.

WEBER, MAX. **Economia e Sociedade – Fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. São Paulo, Imprensa Oficial, 2004.

Referências complementares:

HARRIS, Philip R.; MORAN, Robert T. **Managing Cultural Differences**. Houston, TX: Gulf Publishing Company, 1999.

HATCH, Mary Jo; CUNLIFFE, Ann L. **Organization Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SITUATIONAL Leadership, s.d. Disponível em: <<http://situational.com/the-cls-difference/situational-leadership-what-we-do/>>. Acesso em: 23 Abr. 2018.

STINCHCOMBE, Arthur L. **Information and Organizations**. Berkeley: University of California Press, 1990.

8.7 Raça e Etnicidade

Ementa: Conceitos de raça, etnia, cultura, civilização, etnocentrismo, preconceito, racismo contra afrodescendentes. A produção do pensamento racial no Brasil e suas

relações com a cultura, a política e a história. Mudanças de conceitos: da raça à cultura, passando pela noção de classe social. Diferentes formas e manifestações do racismo no mundo. Multiculturalismo, Estado e políticas públicas, ações afirmativas, cidadania e democracia no Brasil.

Objetivos:

- Diferenciar os conceitos de raça, etnia, cultura, civilização, etnocentrismos, racismo contra as minorias.
- Oferecer subsídios para que os acadêmicos possam compreender as diferentes culturas existentes e suas relações com as políticas públicas, a política de modo geral e a história.
- Possibilitar a reflexão sobre as mudanças de conceitos de raça, cultura, classe social, identidade e outras intersecções.

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas e/ou Sociais.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. Cadernos Pagu, Campinas, n.26, Jan. /jun. 2006, p. 329-376.
- CARVALHO, José Jorge de. Inclusão étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005 p. 19 – 34.
- COMAS, J. Os mitos raciais (p.11-33). In: Raça e Ciência I. São Paulo: Editora Perspectiva, 1960.
- COSTA E SILVA, Alberto da. Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2006.
- FERES JÚNIOR, J. ZONINSEIN, J (org.). Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- BRASIL. Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a Lei 10.639/2003. Brasília. 2005.
- GILROY, Paul. Entre Campos: nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HALL, S. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 7 -22.
- HOFBAUER, Andreas. A Cultura, diferença (des) igualdade. In Contemporânea, n. 1, UFSCar, 2011, p. 69 – 102.
- LEIRIS, M. Raça e Civilização (p.189-228). In: Raça e Ciência I. São Paulo: Editora Perspectiva, 1960.
- MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: André Augusto P Brandão (org.) Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, p.15-34.
- MUNANGA, Kabengele. Algumas Considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. In: Revista USP – Racismo I,

dez./jan./fev. 2005 – 2006, p. 46 – 57.

MUNANGA, Kabengele (org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996, p. 79-94.

NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais. São Paulo, T. A Queiroz, 1985, p. 67-93

REIS, Eneida de Almeida dos. Mulato: Negro–Não Negro e/ou Branco–Não Branco. São Paulo: Editora Altana, 2002. p.38-92.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 43-66.

_____. M. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário. São Paulo: Claro enigma, 2012.

Referências complementares:

GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmodernadescolonial. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 337-362.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

GONÇALVES, L. ; O e SILVA. P. B. Movimento negro e educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 15, dez. 2000.

8.8 - Movimentos sociais clássicos e contemporâneos

Ementa:

Capitalismo, Estado, lutas e movimentos sociais. Ação coletiva, classe social e conflito. A relação entre Neoliberalismo, políticas públicas e movimentos sociais.

Objetivo:

Compreender a relação entre Estado e sociedade civil no capitalismo neoliberal, entendendo as políticas públicas como resultado da correlação de forças entre classes sociais.

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas e/ou Sociais.

Referências bibliográficas:

BERNARDO, João. **A economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BOBBIO, Norberto. A sociedade civil em Gramsci. In: **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CORREA, Ana Elisa; SILVA, Luciana Henrique da. Movimentos sociais e a crise brasileira: gestão da barbárie, ascensão da extrema direita e novas formas de luta
CHAGUACEDA, Armando; BRANCALEONE, Cassio (Coord.). **Sociabilidades Emergentes y Movilizations Sociales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. **Movimentos sociais na era global**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

HARVEY, David, MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

Referências complementares:

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2015.

CODATO, Adriano. & PERISSINOTTO, Renato M. **O Estado como instituição**. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. *Crítica Marxista* n. 13, out. 2001, p. 9-28.

GAVIA, Margarita; GUILLEN, Diana (Coord.). **América Latina: los derechos y las prácticas ciudadanas a la luz de los movimientos populares**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Occupy: movimentos que ocuparam as ruas**. São Paulo: Boitempo, Carta Capital, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

WRIGHT, Eric Olin. A Burocracia e o Estado. In: **Classe, crise e o Estado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

8.9 Políticas Públicas: Segurança, política criminal e criminologia.

Ementa

As políticas públicas e políticas de governos. Conceito de segurança e ideologia. A ilusão da segurança pública. Política criminal e entornos; a política social e a barbárie da criminalidade. Criminologia do método aos medos.

Objetivos:

Considerando a mediação do conhecimento refletir a concepção de políticas públicas direcionada a sociedade de segurança como direito fundamental e, de como a segurança é ilusória frente a desfaçatez dos direitos sociais. Reflexões sobre política criminal e sua isolada ação ineficiente. Criminologia enquanto ciência do “ser” metodologia e escolas.

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas, Sociais e/ou Sociais Aplicadas.

Referências bibliográficas:

CIANCIARULLO, Tamara Iwanow; PANHOCA, Ivone; BONINI, Luci Mendes de Melo. **Políticas públicas estudo de casos**. São Paulo: Ícones, 2014.

FERNANDES, Márcia Adriana; PEDRINHA, Roberta Duboc (Orgs.). **Escritos Transdisciplinares de criminologia, direito e processo penal**: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

GUERRA FILHO, Willis Santiago; Carnio, Henrique Garbellini. **Teoria política do Direito**: A expansão política do direito. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

JACQUARD, Albert. **A herança da liberdade**: da animalidade a humanidade. Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do inimigo**: noções e críticas. Tradução de André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MASCARO, Alyson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, Eduardo; Faria Carlos Aurélio Pimenta de. **A política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp, 2013

RIVEIRO, Jean; MOUTOUH, Huges. **Liberdades públicas**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2006

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, v. 1, 2006, p. 21-42.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

8.10 Estudos de Gênero, sexualidade e diferenças

Ementa: Estudos de gênero, contextualização histórica e sua incidência no Brasil. Conceito de patriarcado, gênero e mulher. Sexualidade e poder. Conceito de categorias de articulação, interseccionalidades e diferenças. Diferenças, políticas públicas e educação.

Objetivos: Apresentar o contexto histórico e social do surgimento dos Estudos de gênero, particularmente no Brasil. Discutir os conceitos de gênero, patriarcado e sexualidade. Compreender as relações de gênero e sexualidade. Entender o debate das diferenças em torno das questões de gênero, sexualidade e intersecções de classe, raça, entre outras. Refletir sobre as políticas públicas que tenham recorte de público de gênero, sexualidade e raça-etnia. Abordar a inserção dos estudos de gênero, sexualidade e diferenças nas áreas de educação.

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas e/ou Sociais.

Referências bibliográficas:

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: **Feminismo e Subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2014.

PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. Disponível em: . Acesso em: 20/05/2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008

RAGO, M. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.11, p. 89-98, 1998. Disponível em Acesso em: 20/05/2018.

CONNELL, Rayween. PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. Compreendendo o gênero da esfera global à política no mundo contemporâneo. **Versos**: São Paulo, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16., n. 2, jul/dez, 1990.

ADELMAN, Miriam. **A Voz e a Escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. Curitiba: Blucher, 2016.

FROEMMING, C. N.; IRINEU, B. A.; NAVAS, k. Gênero e sexualidade a pauta das políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, número especial, 2010, p. 161-172.

BIROLI, FLÁVIA. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, v. 1, , 2017, p. 173-210.

Referências complementares:

LOURO, Guacira Lopes. Um Corpo Estranho. Porto Alegre: Autêntica, 2004.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismo em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 9-79

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, Goiás, Vol. 11, n. 2, 2008, p. 263-274.

GUTIERREZ, José Paulo; URQUIZA, Antonio H. Aguilera (orgs.). **Direitos humanos e cidadania**: desenvolvimento pela educação em direitos humanos. Campo Grande: UFMS, 2013.

8.11 Seminários de Metodologia e Pesquisa

Ementa:

Os métodos e a metodologia no campo das ciências sociais, o objeto o problema e as hipóteses de pesquisa. Os resultados possíveis diante aos desenhos apresentados. Acompanhamento, discussões e elaboração dos trabalhos de conclusão de curso.

Objetivo:

Propiciar o debate metodológico a fim de contribuir com o desenvolvimento de pesquisas palatáveis e aplicáveis no âmbito dos formandos na especialização em políticas públicas, sociedade e cultura.

Específicos:

- a) Discutir os desenhos metodológicos das pesquisas a serem realizadas;
- b) Propor adequações e instrumentos de análise;
- c) Acompanhar os alunos e alunas no processo de maturação e desenvolvimento das pesquisas propostas e do trabalho de conclusão de curso.

Perfil Docente

Formação em Ciências Humanas e/ou Sociais.

Referências bibliográficas:

ABDAL, Alexandre, et al (Orgs). **Métodos de pesquisa em ciências sociais**: bloco qualitativo. São Paulo: Sesc/CEBRAP, 2016.

- _____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco quantitativo.** São Paulo: Sesc/CEBRAP, 2016.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BACHELARD, Gaston. **Epistemologia.** Barcelona: Anagrama, 1989.
- BAQUERO, Marcelo. **Pesquisa quantitativa nas ciências sociais.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva. 2012.
- MUNOZ, Jacobo (Trad.) **Popper, Adorno, Dahrendorf, Habermas: la lógica de las ciencias sociales.** México: Cólofon, 2008.
- YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

ANEXO I – CORPO DOCENTE

| NOME | REGIME DE TRABALHO | QUALIFICAÇÃO | INSTITUIÇÃO |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------|--|
| Ailton de Souza | 40 hs/TI | Doutor | UEMS |
| Alexandre de Castro | 40 hs/TI | Mestre | UEMS |
| Amanda Cristina Danaga | 40 hs | Doutora | UEMS |
| Carlos Eduardo França | 40 hs/TI | Doutor | UEMS |
| Daniel Pícaro Carlos | 40 hs/TI | Doutor | UEMS |
| Geovane Ferreira Gomes | 40 hs/TI | Doutor | UEMS |
| Isael José Santana | 40 hs/TI | Doutor | UEMS |
| Juliana do Prado | 40 hs/TI | Doutora | UEMS |
| Luciana Henrique da Silva | 40 hs/TI | Doutora | UEMS |
| Maria Raquel da Cruz Duran | 40 hs/TI | Doutora | UFMS |
| Patrícia Benedita Aparecida Braga | 12hs/sem | Doutora | Escola Estadual Joaquim Alves Figueiredo |
| Rogério da Palma | 40 hs/TI | Doutor | UEMS |
| Sinomar Ferreira do Rio | 40 hs/TI | Doutor | UEMS |